

ASSOCIAÇÃO IUS OMNIBUS

Data: 2021/12/31

BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de DEZEMBRO de 2021

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/21	31/dez/20
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	4.1	237,54	93,24
Fundadores/beneméritos/patrocin/doadores/associad/membros			
Investimentos em curso			
		237,54	93,24
Activo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocin/doadores/associad/membros			
Diferimentos			
Outros activos correntes	11.7	24 620,00	2 718,30
Caixa e depósitos bancários	11.2	44 255,38	29 954,30
		68 875,38	32 672,60
TOTAL DO ACTIVO		69 112,92	32 765,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização		-591,67	
Outras variações nos fundos patrimoniais			
		-591,67	0,00
Resultado líquido do período		-849,35	-591,67
Total dos fundos patrimoniais		-1 441,02	-591,67
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	38 166,50	615,00
Estado e outros entes públicos	11.5	581,60	698,10
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras passivos correntes	11.7	28 835,84	32 044,41
		2 970,00	
		70 553,94	33 357,51
Total do Passivo		70 553,94	33 357,51
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		69 112,92	32 765,84

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Manuel Raposo
CC 65620

A DIRECÇÃO

[Handwritten signature]
M. S. A.

ASSOCIAÇÃO IUS OMNIBUS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2021

Data: 2021/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Serviços prestados (quotas, donativos, eventos....)			
Subsídios, doações e legados à exploração	8.1	79 676,87	56 173,89
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimento e serviços externos	16.2	-201 371,57	-37 584,92
Gastos com o pessoal	12.1	-26 202,80	-19 003,64
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos (Reembolsos despesas)		147 641,60	
Outros gastos	16.2	-593,45	-177,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-849,35	-591,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-849,35	-591,67
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-849,35	-591,67
Imposto sobre o rendimento do período	16.3		
Resultado líquido do período		-849,35	-591,67

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paula Manuel Raposo
 CC 65620

A DIRECÇÃO

Luís Manuel Raposo
Luís Manuel Raposo

ASSOCIAÇÃO IUS OMNIBUS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2021

ÍNDICE

• Identificação	2
• Referencial contabilístico de preparação das demonstrações Financeiras	2
• Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
• Principais políticas contabilísticas	3
• Activos fixos tangíveis	3
• Inventários	5
• Rendimentos e gastos	5
• Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	6
• Subsídios	6
• Instrumentos financeiros	7
• Fluxos de caixa	7
• Fundos patrimoniais	8
• Benefícios dos empregados	9
• Divulgações exigidas por outros diplomas legais	10
• Outras informações	10

EMPRESA: ASSOCIAÇÃO IUS OMNIBUS

ANEXO

31 de Dezembro de 2021

O presente **Anexo**, relativo ao exercício económico que termina a 31 de Dezembro de 2021, procede à compilação das divulgações que a Associação considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF.

As notas não mencionadas, não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram no exercício em causa.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Denominação da entidade: Associação IUS Omnibus
NIF : 515807753

1.2 – Lugar da sede social: Second Home Lisboa, Mercado da Ribeira, Av 24 de Julho
1200-479 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade: Associação sem fins lucrativos na defesa do consumidor

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, de acordo com a Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.
Não houve alterações nos procedimentos

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 – Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos.

Deste modo, as demonstrações financeiras informam não só as transações passadas envolvendo o recebimento e o pagamento de caixa, mas também as obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representam caixa a ser recebida no futuro.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2 - ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 – ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não houve alterações

4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 – Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, a partir do momento em que os mesmos se encontram disponíveis para utilização.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às definidas no Decreto regulamentar número 25/2009 de 14 de setembro, com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento básico	7 e 20 anos
Equipamento administrativo	3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	4 a 14 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Neste exercício as variações de activos fixos foram as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Rubricas	Saldo Inicial 1/01/2021	Reaval/Ajust.	Aumentos	Alienações	Transf/Abates	Saldo Final 31/12/2021
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Ferramentas e utensílios						
Equipamento administrativo						
Outros ativos fixos tangíveis						
Conservação e reparação						
Ativos fixos tangíveis em curso						
Ativos Intangíveis						

DEPRECIÇÕES E AJUSTAMENTOS				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anul/Reversão	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico				
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo				

	Ativos fixos tangíveis	Depreciações	Ativos fixos em curso	Ativos intangíveis	Valor final dos ativos

4.2 – DIVULGAÇÕES SOBRE RESTRIÇÕES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos
Não aplicável

5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável

6 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 – Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos

Não aplicável

7 – INVENTÁRIOS

Não aplicável

8 – RENDIMENTOS E GASTOS

8.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os rendimentos estatutários, que correspondem essencialmente a quotizações, são reconhecidos na demonstração de resultados à data do seu recebimento e especializados em função de ano a que respeitam.

Os subsídios contabilizados dizem respeito à especialização dos mesmos em função dos gastos incorridos nos projectos que lhes são afetos.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

RÉDITOS		
Categoria	2021	2020
Vendas de bens		
Reembolsos de despesas	147 600,00	
Donativos		
Receltas estatutárias - quotas		
SUBTOTAL	147 600,00	0,00
Subsídios à exploração	79 676,87	56 173,89
Outros rendimentos e ganhos	41,60	
Juros		
TOTAL	227 318,47	56 173,89

No que concerne aos subsídios à exploração, destaca-se como principais entidades financiadoras: Nivalion 2019 e Telluride Iner

9 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

9.1 – Provisões

Sempre que a Associação reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual e fiável.

À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

Neste exercício não foram reconhecidas quaisquer provisões.

10 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Políticas contabilísticas adoptadas

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Associação reconhece subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento dos vários projectos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- A Associação tem vários projectos financiados, dos quais se destacam os seguintes:

	PROJETO	VALOR RECEBIDO EXERCÍCIOS ANTERIORES	SALDO INICIAL 2021	VALOR RECEBIDO EXERCÍCIO 2021	RENDIMENTO RECONHECIDO EXERCÍCIO 2021
Subsídios outras entidades:					
TELLURIDE	BARLEYCH	30 000,00	5 984,29	32 718,30	35 854,59
NIVALION	SHOPPER	58 218,30	26 060,12	43 750,00	43 822,28
TOTAL					79 676,87

No presente exercício foi imputado ao rendimento do período o montante de 79 676,87€ referente a subsídios à exploração conforme quadro acima.

10.1 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos subsídios reconhecidos nos fundos patrimoniais

Não aplicável

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

11.1 – Bases de mensuração e políticas relevantes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando há informação objectiva da incobabilidade da dívida ou probabilidade remota da sua recuperação.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Instrumentos financeiros de médio e longo prazo

Consideram-se instrumentos financeiros de médio e longo prazo, sempre que a sua conversão em caixa ou seus equivalentes, corresponda a um período superior a um ano. Neste caso, utiliza-se, para a sua mensuração, o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado à taxa de juro efectivo.

11.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 90 dias e 180 dias, sendo os juros creditados na conta depósitos à ordem, na data do respectivo vencimento.

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa, depósitos bancários e outros investimentos:

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	29 954,30	202 268,60	187 967,52	44 255,38
Outros depósitos bancários				
Total caixa e depósitos bancários				44 255,38
Dos quais: depósitos bancários no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00

11.3 – Fundos patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais são constituídos por Reservas e por Resultados Transitados.

VARIÇÕES NAS RUBRICAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS				
Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundo Social				
Reservas				
Resultados transitados		591,67		591,67
Outras variações Fundos Patrimoniais:				
Subsídios ao investimento				
Total		591,67		591,67

11.4 – Ativos financeiros dados em garantia

Não aplicável

11.5 – Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outros credores

A 31 de Dezembro de 2021 a conta de fornecedores e outras contas a pagar apresentava a seguinte decomposição:

FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES			
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	
Fornecedores c/c	38 166,50	615,00	
Estado e outros entes públicos	581,60	698,10	
Credores diversos	2970,00		
Financiamentos obtidos			
TOTAL	41 718,10	1 313,10	

Em relação aos credores diversos, o valor corresponde a:

- Gastos com pessoal referentes a férias e subsídio de férias a pagar em 2022: 2 970,00€;

As contas a pagar resultam da atividade normal da Associação.

11.6 – Ajustamentos

Não aplicável

11.7 – Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço

a) Dívidas à entidade

O saldo da conta clientes corresponde aos serviços prestados pela Associação, corresponde ao valor nominal do serviço prestado com probabilidade razoável de ser recebido no horizonte de um ano.

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES			
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	
Clientes c/c	0,00	0,00	
Adiant fornecedores			
Estado e out Ent Publ			
Subtotal	0,00	0,00	
Outras contas a receber:			
Quotas sócios			
Devedores diversos	24 620,00	2 718,30	
Subtotal	24 620,00		
TOTAL	24 620,00	2 718,30	

b) Diferimentos

Em decorrência da adoção do princípio da periodização económica, foram diferidos para os períodos subsequentes a que respeitam quer os gastos já pagos, quer os rendimentos já recebidos, conforme o quadro seguinte:

DIFERIMENTOS		
	2021	2020
Gastos a reconhecer:		
Seguros		
Outros gastos		
TOTAL DE GASTOS A RECONHECER		
Rendimentos a reconhecer:		
Quotas de Sócios		
Subsídios à exploração	28 835,84	32 044,41
TOTAL DE PROVEITOS A RECONHECER	28 835,84	32 044,41

12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1-Pessoal ao serviço da empresa :

O número médio de trabalhadores no exercício foi de 1.

Benefícios dos empregados e encargos da entidade:

GASTOS COM PESSOAL		
Descrição	2021	2020
Remunerações com pessoal	19 046,44	15 528,06
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	3 970,47	3 259,70
Seguros acidentes de trabalho	215,89	215,88
Gastos acção social		
Outros gastos com pessoal		
TOTAL	23 232,80	19 003,64

13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

Não existem factos relevantes conhecidos

14 – AGRICULTURA

Não aplicável

15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável

16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1 – *Não aplicável*

16.2 – Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

Outros gastos e perdas:

OUTROS GASTOS E PERDAS		
Descrição	2021	2020
Impostos (IMI, IJM, IVA, Taxas)	518,45	177,00
Multas e coimas	75,00	
Donativos		
Quotizações		
Gastos exercício anterior		
Outros gastos		
Total	593,45	177,00
Juros suportados		
Total	593,45	177,00

Outros rendimentos e ganhos:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Descrição	2021	2020
Alienações ativos		
Proveitos de exercícios anteriores		
Correções exercícios anteriores		
Imputação subsídios ao investimento		
Reembolsos de despesas		
Outros rendimentos	41,60	
Total	41,60	
Juros obtidos		
Total	41,60	

16.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação IUS Omnibus é uma entidade sem fins lucrativos, com reconhecimento de isenção de IRC ao abrigo do artigo 11.º do CIRSC.

Outras divulgações

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que :

- Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Manuel Raposo
CC 65620

A DIRECÇÃO



Alfonso de Freitas Santos

ASSOCIAÇÃO IUS OMNIBUS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2022

Data: 2022/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados (quotas, donativos eventos,...)			
Subsídios, doações e legados à exploração	8.1	100 817,31	79 676,87
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimento e serviços externos	16.2	-1 525 856,29	-201 371,57
Gastos com o pessoal	12.1	-56 959,94	-26 202,80
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos (Reembolsos despesas)		1 482 704,07	147 641,60
Outros gastos	16.2	-805,14	-593,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0,01	-849,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,01	-849,35
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-0,01	
Resultado antes de impostos		0,00	-849,35
Imposto sobre o rendimento do período	16.3		
Resultado líquido do período		0,00	-849,35

CONTABILISTA CERTIFICADO

Raulo Manuel Raposo
 CC 65620

A DIRECÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]

ASSOCIAÇÃO IUS OMNIBUS

Data: 2022/12/31

BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de DEZEMBRO de 2022

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/22	31/dez/21
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	4.1	341,11	237,54
Fundadores/beneméritos/patrocin/doadores/associad/membros			
Investimentos em curso			
		341,11	237,54
Activo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos		2 087,53	
Fundadores/beneméritos/patrocin/doadores/associad/membros			
Diferimentos			
Outros activos correntes	11.7	12 170,00	24 620,00
Caixa e depósitos bancários	11.2	35 481,75	44 255,38
		49 739,28	68 875,38
TOTAL DO ACTIVO		50 080,39	69 112,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização		-1 441,02	-591,67
Outras variações nos fundos patrimoniais			
		-1 441,02	-591,67
Resultado líquido do período		0,00	-849,35
Total dos fundos patrimoniais		-1 441,02	-1 441,02
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	1 752,75	38 166,50
Estado e outros entes públicos	11.5	1 215,13	581,60
bros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	11.7	36 388,53	28 835,84
Outras passivos correntes		12 165,00	2 970,00
		51 521,41	70 553,94
Total do Passivo		51 521,41	70 553,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		50 080,39	69 112,92

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Manuel Raposo
CC 65620

A DIRECÇÃO

[Handwritten signature]
Mário

ASSOCIAÇÃO IUS OMNIBUS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2022

ÍNDICE

• Identificação	2
• Referencial contabilístico de preparação das demonstrações Financeiras	2
• Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
• Principais políticas contabilísticas	3
• Activos fixos tangíveis	3
• Inventários	5
• Rendimentos e gastos	5
• Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	6
• Subsídios	6
• Instrumentos financeiros	7
• Fluxos de caixa	7
• Fundos patrimoniais	8
• Benefícios dos empregados	9
• Divulgações exigidas por outros diplomas legais	10
• Outras informações	11

EMPRESA: ASSOCIAÇÃO IUS OMNIBUS

ANEXO

31 de Dezembro de 2022

O presente **Anexo**, relativo ao exercício económico que termina a 31 de Dezembro de 2022, procede à compilação das divulgações que a Associação considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF. As notas não mencionadas, não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram no exercício em causa.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Denominação da entidade: Associação IUS Omnibus
NIF : 515807753

1.2 – Lugar da sede social: Second Home Lisboa, Mercado da Ribeira, Av 24 de Julho
1200-479 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade: Associação sem fins lucrativos na defesa do consumidor

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, de acordo com a Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.
Não houve alterações nos procedimentos

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 – Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos.

Deste modo, as demonstrações financeiras informam não só as transações passadas envolvendo o recebimento e o pagamento de caixa, mas também as obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representam caixa a ser recebida no futuro.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2 - ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 – ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não houve alterações

4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 – Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, a partir do momento em que os mesmos se encontram disponíveis para utilização.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às definidas no Decreto regulamentar número 25/2009 de 14 de setembro, com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento básico	7 e 20 anos
Equipamento administrativo	3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	4 a 14 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Neste exercício as variações de activos fixos foram as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Rubricas	Saldo Inicial 1/01/2021	Reaval/Ajust.	Aumentos	Alienações	Transf/Abates	Saldo Final 31/12/2021
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Ferramentas e utensílios						
Equipamento administrativo						
Outros ativos fixos tangíveis						
Conservação e reparação						
Ativos fixos tangíveis em curso						
Ativos intangíveis						

DEPRECIACÕES E AJUSTAMENTOS				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anul/Reversão	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico				
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo				

	Ativos fixos tangíveis	Depreciações	Ativos fixos em curso	Ativos intangíveis	Valor final dos ativos

4.2 – DIVULGAÇÕES SOBRE RESTRIÇÕES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos
Não aplicável

5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável

6 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 – Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos
Não aplicável

7 – INVENTÁRIOS

Não aplicável

8 – RENDIMENTOS E GASTOS

8.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os rendimentos estatutários, que correspondem essencialmente a quotizações, são reconhecidos na demonstração de resultados à data do seu recebimento e especializados em função de ano a que respeitam.

Os subsídios contabilizados dizem respeito à especialização dos mesmos em função dos gastos incorridos nos projectos que lhes são afetos.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

RÉDITOS		
Categoria	2022	2021
Vendas de bens		
Reembolsos de despesas	1 482 631,35	147 600,00
Donativos		
Receitas estatutárias - quotas		
SUBTOTAL	1 482 631,35	147 600,00
Subsídios à exploração	100 817,31	79 676,87
Outros rendimentos e ganhos	72,72	41,60
Juros		
TOTAL	1 583 521,38	227 318,47

A rubrica Prestações de serviços diz respeito à faturação referente ao projeto Augusta 016 Limited.

No que concerne aos subsídios à exploração, foi imputado o valor de 45 195,09€ ao projeto Barley e 55 622,22€ ao projeto Shopper.

9 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

9.1 – Provisões

Sempre que a Associação reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual e fiável.

À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

Neste exercício não foram reconhecidas quaisquer provisões.

10 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Políticas contabilísticas adoptadas

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Associação reconhece subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento dos vários projectos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- A Associação tem vários projectos financiados, dos quais se destacam os seguintes:

	PROJETO	VALOR RECEBIDO EXERCÍCIOS ANTERIORES	SALDO INICIAL 2022	VALOR RECEBIDO EXERCÍCIO 2022	RENDIMENTO RECONHECIDO EXERCÍCIO 2022	SALDO PARA 2023
Subsídios outras entidades:						
TELLURIDE	BARLEYCH	62 718,30		37 000,00	45 195,09	1 474,12
NIVALION	SHOPPER	101 968,30	31 336,63	40 000,00	55 622,22	15 714,41
AUGUSTA 016 LIMITED	AUGUSTA 016					19 200,00
TOTAL					100 817,31	36 388,53

No presente exercício foi imputado ao rendimento do período o montante de 100 817,31€ referente a subsídios à exploração conforme quadro acima.

10.1 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos subsídios reconhecidos nos fundos patrimoniais

Não aplicável

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

11.1 – Bases de mensuração e políticas relevantes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando há informação objectiva da incobrabilidade da dívida ou probabilidade remota da sua recuperação.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Instrumentos financeiros de médio e longo prazo

Consideram-se instrumentos financeiros de médio e longo prazo, sempre que a sua conversão em caixa ou seus equivalentes, corresponda a um período superior a um ano. Neste caso, utiliza-se, para a sua mensuração, o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado à taxa de juro efectiva.

11.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 90 dias e 180 dias, sendo os juros creditados na conta depósitos à ordem, na data do respectivo vencimento.

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa, depósitos bancários e outros investimentos:

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	44 255,38	1 841 853,31	1 850 626,94	35 481,75
Outros depósitos bancários				
Total caixa e depósitos bancários				35 481,75
Dos quais: depósitos bancários no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00

11.3 – Fundos patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais são constituídos por Reservas e por Resultados Transitados.

VARIÁÇÕES NAS RUBRICAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS				
Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundo Social				
Reservas				
Resultados transitados	591,67	849,35		1 441,02
Outras variações Fundos Patrimoniais:				
Subsídios ao investimento				
Total	591,67	849,35		1 441,02

11.4 – Ativos financeiros dados em garantia

Não aplicável

11.5 – Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outros credores

A 31 de Dezembro de 2022 a conta de fornecedores e outras contas a pagar apresentava a seguinte decomposição:

FORNECEDORES E OUTROS CREDORES			
Rubricas	31/12/2022	31/12/2021	
Fornecedores c/c	1 752,75	38 166,50	
Estado e outros entes públicos	1 215,13	581,60	
Outros Credores e acréscimo gastos	12 165,00	2 970,00	
Financiamentos obtidos			
TOTAL	15 132,88	41 718,10	

As contas a pagar resultam da atividade normal da Associação.

11.6 – Ajustamentos

Não aplicável

11.7 – Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço

a) Dívidas à entidade

O saldo da conta clientes corresponde aos serviços prestados pela Associação, corresponde ao valor nominal do serviço prestado com probabilidade razoável de ser recebido no horizonte de um ano.

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES		
Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Cientes c/c		
Adiant fornecedores		
Estado e out Ent Publ	2 087,53	
Subtotal	2 087,53	0,00
Outras contas a receber:		
Quotas sócios		
Devedores diversos	12 170,00	24 620,00
Subtotal	12 170,00	24 620,00
TOTAL	14 257,53	24 620,00

Desdobramento da rubrica "Estado e outros Entes Públicos" :
 Segurança Social – 2 087,53€, saldo devedor devido a um pagamento em duplicado
 A rubrica Devedores diversos diz respeito a valores por receber referente aos projetos.

b) Diferimentos

Em decorrência da adoção do princípio da periodização económica, foram diferidos para os períodos subsequentes a que respeitam quer os gastos já pagos, quer os rendimentos já recebidos, conforme o quadro seguinte:

DIFERIMENTOS		
	2022	2021
Gastos a reconhecer:		
Seguros		
Outros gastos		
TOTAL DE GASTOS A RECONHECER		
Rendimentos a reconhecer:		
Quotas de Sócios		
Subsídios à exploração	36 388,53	28 835,84
TOTAL DE PROVEITOS A RECONHECER	36 388,53	28 835,84

12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1-Pessoal ao serviço da empresa :

O número médio de trabalhadores no exercício foi de 1.

Benefícios dos empregados e encargos da entidade:

GASTOS COM PESSOAL		
Descrição	2022	2021
Remunerações com pessoal	49 947,25	19 046,44
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	6 865,16	3 970,47
Seguros acidentes de trabalho	47,53	215,89
Gastos acção social		
Outros gastos com pessoal		
TOTAL	56 859,94	23 232,80

13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

Não existem factos relevantes conhecidos

14 – AGRICULTURA

Não aplicável

15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável

16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1 – *Não aplicável*

16.2 – Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

Outros gastos e perdas:

OUTROS GASTOS E PERDAS		
Descrição	2022	2021
Impostos (IMI, IMT, IVA, Taxas)	166,88	518,45
Multas e coimas	688,25	75,00
Donativos		
Quotizações		
Gastos exercício anterior		
Outros gastos	0,01	
Total	805,14	593,45
Juros suportados	0,01	
Total	0,01	593,45

Outros rendimentos e ganhos:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Descrição	2022	2021
Alienações ativos		
Proveitos de exercícios anteriores		
Correções exercícios anteriores	72,72	
Imputação subsídios ao investimento		
Reembolsos de despesas		
Outros rendimentos		41,60
Total	72,72	41,60
Juros obtidos		
Total	72,72	41,60

16.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação IUS Omnibus é uma entidade sem fins lucrativos, com reconhecimento de isenção de IRC ao abrigo do artigo 11.º do CIRC.

Outras divulgações

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que :

- Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Manuel Raposo
CC 65620

A DIRECÇÃO



Agostinho de Freitas Santos

iusomnibus

OPINION OF THE FISCAL COUNCIL
PARECER DO CONSELHO FISCAL

In accordance with the applicable legislation and the mandate entrusted to us, we hereby present our Opinion on the financial information of Associação Ius Omnibus, namely the Balance Sheet and Financial Statements for the years 2021 and 2022, which, having undergone certain necessary accounting adjustments in relation to versions previously submitted to the general meeting, will be submitted for ratification at the next general meeting of Ius Omnibus, scheduled for day 21 March 2024.

Having reviewed the aforementioned documents, we are of the opinion that they have been prepared in accordance with applicable accounting, legal, and statutory provisions, and therefore may be approved.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi atribuído, vimos apresentar o nosso Parecer sobre a informação financeira da Associação Ius Omnibus, designadamente o Balanço e Demonstrações Financeiras relativos aos anos de 2021 e 2022, que foram objeto de alguns ajustes contabilísticos necessários desde a versão submetida a assembleias gerais anteriores, serão submetidos a ratificação de aprovação na próxima assembleia geral da Ius Omnibus, a realizar no dia 21 de março de 2024.

Uma vez analisados os mencionados documentos, somos da opinião de que estão elaborados de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.

Lisbon, February 1, 2024 / Lisboa, 1 de fevereiro de 2024,

For the Fiscal Council, / P/ Conselho Fiscal,

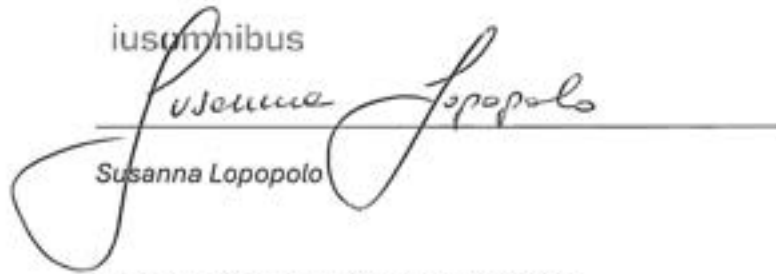
The President, / O Presidente,



Csongor Nagy

The Vice-President, / A Vice-Presidente,

ius omnibus

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style, reading "Susanna Lopopolo". The signature is written over a horizontal line.

Susanna Lopopolo

The Vice-President, / O Vice-Presidente,

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style, reading "Gianfranco Alfano". The signature is written over a horizontal line.

Gianfranco Alfano